

Título de la ponencia

Mulheres diferem de homens na política? Comparação entre candidaturas femininas e masculinas ao cargo de Deputado Estadual nas eleições RS/2010

Autoras:

Maria Lúcia Moritz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul /Br
E-mail: marialuciamor@ig.com.br

Rosangela Schulz - Universidade Federal de Pelotas /Br
E-mail: rosangelaschulz@gmail.com

Resumo

Apesar da vitória de uma mulher para o mais alto cargo executivo federal, as mulheres ainda são minoria nos Parlamentos no Brasil. O presente trabalho pretende contribuir para a discussão do tema, apresentando resultados da pesquisa que investiga as candidaturas de mulheres ao cargo de deputada estadual no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), nas eleições de 2010. Partindo dos dados das candidatas e dos resultados eleitorais para o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa, propomos: apresentar um quadro comparativo entre as candidaturas femininas e masculinas bem sucedidas em termos de votos; elaborar um perfil das mulheres candidatas e dos homens candidatos, ressaltando suas similaridades, as diferenças e as especificidades; por fim, trabalhar estes dados à luz dos debates sobre inclusão das mulheres no campo político, particularmente, discussões sobre o capital político.

Palavras-chave: sub-representação feminina; eleições 2010; deputadas estaduais

Trabajo presentado en el Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política,
“La Ciencia Política desde el Sur”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política,

14-16 de noviembre de 2012

Mulheres diferem de homens na política? Comparação entre candidaturas femininas e masculinas ao cargo de Deputado Estadual nas eleições RS/2010

*Maria Lúcia Moritz¹
Rosangela Schulz²*

Apresentação³

Nas últimas décadas a temática sobre gênero e política tem suscitado muitas investigações e produzido uma vasta literatura, entre elas a que trata sobre a presença feminina no campo político eleitoral. No Brasil o debate acadêmico aponta para ao menos três grandes eixos de difícil separação: a atuação do movimento feminista e dos movimentos de mulheres relacionando-os com o campo político (ALVES, 1980; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992; GODINHO, 1998; TELLES, 1999; PINTO, 2003, 2010; HIRATA, 2009); as políticas de ação afirmativa, investigando suas possibilidades, efetividade e limites (MIGUEL 2000; ARAÚJO, 2001, 2009a, 2009b; MORITZ e SCHULZ, 2010); e por fim, os estudos que buscam explicações para a sub-representação feminina que persiste após a lei de cotas (AVELAR, 2001; MIGUEL, 2001; TABAK, 2002; ARAÚJO, 2005, 2006; ÁLVARES, 2008; PINTO e MORITZ, 2009; MIGUEL E BIROLI, 2010).

O presente artigo se insere no terceiro grande eixo e busca contribuir para o debate sobre a limitada presença das mulheres tanto como candidatas como representantes eleitas, tomando como referência os resultados das eleições legislativas de 2010 no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A pesquisa a seguir apresentada investiga as candidaturas das mulheres ao cargo de deputada estadual, traçando um quadro comparativo com os candidatos masculinos.

¹ Doutora em Ciência Política e Professora do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

² Doutora em Ciência Política e Professora do Departamento de Sociologia e Política da UFPel.

³ Os dados apresentados e analisados no presente trabalho fazem parte do projeto de pesquisa intitulado “Eleições 2010 e o desempenho das candidatas mulheres no Rio Grande do Sul: ser mulher importa?”, financiado pelo CNPq e sob a coordenação da profa. Dra. Céli Regina Pinto/UFRGS.

Ao discutir a tímida presença feminina, Araújo (2005) centra o debate, no primeiro momento, no sistema partidário. Nas palavras da autora,

Em outros termos, para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos –; as características sócio-econômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário (ARAÚJO, 2005, p. 193/4).

Posteriormente ao retomar a discussão, a autora identifica na literatura um conjunto de tríplice fatores que influenciam as mulheres sob o ponto de vista da chance e da decisão de se candidatarem. Os três principais fatores apresentados e com diferenciados graus de influência são: socioeconômicos, culturais e políticos.

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS, 1993). Os sócio-econômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos tipos de sistemas de representação (JONES, 2008, p.79). Não há, contudo, consenso sobre o peso de cada um deles na definição das disposições e das chances das mulheres para concorrer e se eleger a um cargo legislativo (ARAÚJO, 2009, p. 25).

Miguel e Biroli (2010) participam do debate mapeando as principais vertentes explicativas da sub-representação política das mulheres. Seu ponto de partida é o problema da convivência entre universalidade, igualdade e exclusão, cujas vertentes são: a) o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, embasado na literatura de Carole Pateman; b) os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da “ambição política” entre as mulheres; c) os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e bem menos tempo livre do que os homens (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 655/6).

A literatura aponta para alguns consensos na explicação da sub-representação feminina que estão ligados a influência de fatores de ordem cultural, econômica e política (institucional). Estes fatores afetam – de formas diferentes - as mulheres desde o momento inicial da carreira política até a consolidação desta carreira quando alcançam sucesso eleitoral e tornam-se representantes eleitas.

Em relação aos constrangimentos estruturais, os autores defendem que para participar da política e disputar cargos são necessários três tipos de recursos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. As candidaturas femininas podem ser afetadas pela falta de um ou mais destes recursos, mas ainda faltam estudos comparativos que avaliem o seu impacto no desempenho final das candidatas.

Estudos eleitorais já realizados apontam que os recursos financeiros para a campanha e a rede de contatos são fundamentais para todos que ingressam na carreira política, com as mulheres não é diferente. Em relação ao financiamento de campanha, os autores enfatizam que *dada a excepcionalidade da presença feminina na política, é de se supor que a receptividade inicial a candidatas mulheres no levantamento de fundos seja menor* (Idem, p. 669). No entanto, afirmam que os dados oficiais em nosso país mostram um quadro diferente:

[...] No Brasil, os dados oficiais mostram gastos de campanha similares para homens e mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006, com elas, em média, despendendo 3% a mais do que eles. No caso das assembleias estaduais, na mesma eleição, elas gastam 35% a menos, em média, em suas campanhas (Idem, p. 669).

A partir dos dados apresentados pelos autores podemos inferir que as mulheres que conseguem se eleger, em geral, não têm dificuldade em arrecadar verba para suas campanhas. Entretanto, quando disputam cargos que estão no topo da carreira política (deputação federal) elas precisam gastar mais do que os homens, mesmo que a diferença entre os dois grupos seja pequena. Já na disputa para o Legislativo estadual as mulheres gastam quase 1/3 menos do que os homens, a razão para isso talvez seja porque no plano estadual elas já são conhecidas do eleitorado, o que demanda menos investimento. Por exemplo, estão buscando sua reeleição ou tem seu nome associado à herança política familiar.

Quanto às redes de contatos, estudos que tratam de candidaturas femininas focam na importância das redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos e mostram que no Brasil o capital familiar *foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002* (Idem, p. 668). Porém, como bem ressaltam os autores, a ausência de estudos comparativos não permite avaliar o quanto o fenômeno é uma especificidade feminina.

O terceiro recurso – tempo livre – embora fundamental na discussão sobre sub-representação feminina não será abordado no momento, pois necessita de informações que a pesquisa em pauta não contemplou. Porém, o tópico tempo não está completamente ausente, está representado através da investigação do espaço dos candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) veiculado na televisão no horário noturno.

O sucesso ou insucesso em uma campanha eleitoral, tanto para homens como para mulheres, depende de muitas variáveis, com destaque para: a rede de contatos ou trajetória, a visibilidade e os recursos econômicos disponíveis, que juntos compõem em muito o capital político acumulado ao longo da carreira política.

Como já foi dito, nosso artigo pretende contribuir com a discussão sobre a presença feminina na esfera política eleitoral comparando as campanhas dos candidatos de ambos os sexos ao cargo de deputado federal do RS, a partir da análise de três recursos: econômico (despesas oficiais), visibilidade (exposição no HPGE) e trajetória política (origem do capital político e/ou redes de contatos).

Buscando dar conta desta proposta de trabalho levantamos as seguintes hipóteses sobre o desempenho das mulheres no âmbito estadual em 2010: (1) as candidatas que conseguiram se eleger deputadas estaduais possuem uma longa trajetória política; (2) as mulheres vitoriosas possuem capital político que as aproxima das carreiras masculinas. Nossa linha de investigação nos leva ao outro ponto observado por Miguel e Biroli relacionado ao debate sobre ambição política das mulheres. Segundo os autores,

[...] alguns estudos mostram que mulheres que se envolvem em política comunitária, como as que se elegem para os conselhos escolares nos Estados Unidos, possuem motivações diferentes daquelas dos homens e, portanto, um comportamento mais distante do “progressivamente ambicioso” padrão. Legisladoras estaduais mostram-se divididas entre a dinâmica progressiva da carreira e os imperativos familiares. Já aquelas que alcançam cargos mais elevados, chegando ao Congresso, tendem a

se aproximar do modelo masculino. Ao que parece, há uma relação de circularidade entre o progresso na carreira e a adesão ao padrão dominante, masculino, de ambição política (Idem, p. 664).

O artigo está dividido em duas seções: na primeira parte apresentamos um panorama da disputa legislativa no Rio Grande do Sul, tanto das candidatas à Câmara e à Assembleia Legislativa; a segunda seção oferece um quadro comparativo entre as candidaturas femininas e masculinas vitoriosas para o cargo de deputado estadual. Por fim, algumas notas conclusivas.

1. O panorama eleitoral no Rio Grande do Sul

Nas eleições de 2010 mais de 200 mulheres apresentaram-se para a disputa aos cargos majoritário e proporcional no RS. Em que pese ter havido aumento nas candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, comparado ao pleito de 2006, as mulheres não atingiram a cota mínima de 30% exigida por lei⁴.

Apesar da previsão de punição aos partidos que descumprem o dispositivo legal, novidade introduzida em 2009, ela não surtiu efeito na prática⁵. O não cumprimento da legislação é o mesmo cenário encontrado em nível nacional. Em relação às eleições majoritárias o RS teve um comportamento diferenciado do restante do país: apenas uma mulher candidatou-se ao Governo do Estado. Tratava-se de Yeda Crusius, então governadora em busca da reeleição. Vale notar que Yeda teve muitos problemas durante seu mandato, destacando-se o difícil relacionamento com o vice-governador, a fragilidade de seu partido – PSDB – no estado e denúncias de malversação de recursos públicos envolvendo seu nome e de auxiliares próximos. Pouco antes das eleições seu Governo era

⁴ Importante destacar o crescimento no número de candidaturas femininas no RS. O índice de candidatas mulheres ao cargo de deputada federal foi de 11,83% nas eleições de 2006 passando a 23,16% em 2010. No caso da Assembleia Legislativa não é diferente: foram 13,8% no pleito de 2006 e em 2010 esse índice aumentou para 24,4% de mulheres candidatas. Fonte: TRE/RS.

⁵ Aliás, a ausência de punição pelo descumprimento da lei de cotas tem sido um dos temas presentes na literatura que debate a ausência de efetividade da lei (ARAÚJO, 2005, 2009).

muito mal avaliado nas pesquisas de opinião divulgadas na mídia regional⁶. Esse conjunto de fatores contribuiu para a sua derrota, ficando em terceiro lugar na disputa eleitoral.

Para o Senado Federal o quadro é distinto: dos 10 postulantes, três eram mulheres. Uma das candidatas - Ana Amélia Lemos - foi expressivamente bem votada, fez 29,5% dos votos, e conquistou uma das vagas em disputa⁷. A trajetória da candidata vitoriosa é muito recorrente na política brasileira: uma *outsider* que em função do capital profissional acumulado transfere-se para o campo político e sagra-se vencedora na primeira disputa. Ana Amélia era jornalista da RBS e tinha uma atuação multimídia (rádio, jornal e tv), mantendo presença diária nos veículos da empresa. Apesar de residir em Brasília há mais de 25 anos era presença constante no Estado, principalmente em eventos organizados pelo agronegócio. Um ano antes das eleições filiou-se ao PP, partido com significativa força política no interior do estado, especialmente entre os setores agrários. As outras duas candidatas ao Senado pertenciam a partidos com pouca expressão política: Vera Guasso candidata pelo PSTU e Abigail Pereira candidata pelo PCdoB. Ambas, diferentemente da vitoriosa Ana Amélia, possuíam longa militância partidária. Para fins de ilustração apresentamos na tabela a seguir os dados gerais da disputa no RS.

Tabela 1: Eleições 2010: Distribuição dos Candidatos Cargo x Gênero/RS

Cargo	Candidaturas	Homens		Mulheres	
		N	%	N	%
Governadores	10	9	90%	1	10%
Senadores	10	7	70%	3	30%
Dep. Federal	272	209	76,8%	63	23,2%
Dep. Estadual	544	411	75,6%	133	24,4%

Fonte: Site TSE (www.tse.gov.br)

Entre as eleitas, em ambas as Casas Legislativas, é mister chamar a atenção para o desempenho nas urnas de algumas candidatas. Tanto na Câmara como na Assembléia, as mulheres foram as campeãs de voto. Manuela D'Avila, deputada federal reeleita pelo

⁶ De acordo com pesquisa de opinião realizada pelo IBOPE e publicada no jornal Zero Hora, em 09/08/2010, o Governo Yeda era avaliado como ruim/péssimo por 37% dos entrevistados; como regular por 31% e outros 30% dos pesquisados achavam ótimo/bom. Essa tendência de reprovação ao seu Governo foi uma constante nas sondagens de opinião realizadas no ano de 2010.

⁷ O primeiro colocado foi Paulo Paim do PT com 33,8% que concorria a reeleição. A vitória de Ana Amélia deixou de fora do Senado o ex-governador Germano Rigotto do PMDB que obteve 21,2% dos votos.

PCdoB, obteve uma das maiores votações do país em termos proporcionais. E Silvana Covatti, reeleita pelo PP, foi a candidata mais votada para a Assembléia Legislativa⁸. Também chama a atenção que em ambas os Legislativos foi grande a ocorrência de reeleição das mulheres: na Assembléia cinco candidatas foram reconduzidas, das oito mulheres eleitas, e na Câmara de Deputados as duas eleitas, Manuela D’Avila e Maria do Rosário, já eram detentoras de mandatos.

A tabela 2 demonstra que o crescimento quantitativo de candidaturas femininas não tem correspondência com os resultados, ou seja, a expectativa é que a maior oferta de candidatas se traduza em maior número de eleitas. Essa expectativa foi parcialmente atingida no âmbito da Assembléia Legislativa, onde houve crescimento da bancada feminina, mas o mesmo não aconteceu com a representação gaúcha das mulheres na Câmara de Deputados, ocorrendo uma diminuição no seu tamanho. O resultado do pleito de 2010 aponta o limitado desempenho das mulheres na disputa ao Legislativo, tanto na esfera estadual como federal.

Tabela 2: Resultado Eleições Legislativas 2010/RS: Vagas x Candidatas x Eleitas

	Vagas	Candidatas	Mulheres Eleitas	
	N	N	N	%
Senado	2	3	1	50%
Assembléia Legislativa	55	133	8	14,5%
Câmara dos Deputados	31	63	2	6,5%

Fontes: Site CLIC RBS (www.clibrbs.com.br/especial/rs/eleicoes); Site TRE/RS (www.tre.gov.br)

Sobre as eleitas é mister chamar a atenção para o fato de que nas duas Casas legislativas foram mulheres as candidatas mais votadas, sendo que para a Câmara de Deputados, Manuela D’Avila, que concorria à reeleição pelo PCdoB, obteve uma das maiores votações do país em termos proporcionais. A candidata mais votada para a Assembleia Legislativa, Silvana Covatti é do PP, também concorria à reeleição, mas diferentemente de Manuela, sua carreira sempre esteve associada ao seu marido, reeleito deputado federal pelo mesmo partido. Também merece destaque o fato que em ambas as

⁸ A carreira política de Silvana sempre esteve associada ao seu marido Vilson Covatti, reeleito deputado federal em 2010. Antes de chegar à Câmara Federal, ele exerceu três mandatos como deputado estadual (1995 – 2007) na Assembléia Gaúcha. Nas eleições de 2006, quando concorreu pela primeira vez à Câmara, lançou sua esposa para a deputada estadual e desde então o casal concorre em “dobradinha” e em ambas as eleições eles foram bem sucedidos.

Casas legislativas foi grande a ocorrência de reeleição das mulheres: no Legislativo Estadual cinco candidatas foram reconduzidas, das oito mulheres eleitas, e na Câmara de Deputados as duas eleitas já eram detentoras de mandatos.

A tabela abaixo apresenta o número de vagas conquistadas por cada partido no Legislativo estadual em 2010 e a respectiva distribuição entre os dois gêneros.

Tabela 3. Eleições 2010: Partidos x Gênero - Assembleia Legislativa/RS

Partidos	Total	Mulheres		Homens	
		N	%	N	%
PT	14	4	28,6%	10	71,2%
PMDB	8	1	12,5%	7	87,5%
PDT	7	1	14,3%	6	85,7%
PP	7	1	14,3%	6	85,7%
PTB	6	0	-	6	100%
PSDB	5	1	20%	4	80%
PSB	3	0	-	3	100%
PPS	2	0	-	2	100%
PRB	1	0	-	1	100%
DEM	1	0	-	1	100%
PCdoB	1	0	-	1	100%
Total	55	8	14,5%	47	85,5%

Fonte: Site TRE/RS (www.tre.gov.br)

Os dados apresentados na tabela 3 são bastante reveladores da disparidade entre homens e mulheres em termos de representação política no RS: as deputadas são detentoras de apenas 14,5% dos assentos, ou seja, a bancada feminina é seis vezes menor do que a bancada masculina. Em relação aos partidos, percebe-se que seis legendas não elegeram nenhuma mulher entre as 11 siglas que obtiveram representação parlamentar. Chama a atenção o PTB, quarta maior bancada, e não elegeu nenhuma deputada. O PT conquistou o maior número de vagas (14) e também foi o partido que elegeu mais mulheres (4).

Os dados abaixo permitem visualizar a distribuição dos votos, por faixa de votação, dos 409 homens e das 133 mulheres que disputaram uma vaga no Legislativo estadual, independente de terem sido eleitos, ou não.

Tabela 4. Eleições 2010: Votação x Gênero - Assembleia Legislativa/RS

Faixa de votação	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
50.000 a 99.999 votos	2	1,5%	16	3,9%
20.000 a 49.999 votos	13	9,8%	67	16,4%
10.000 a 19.999 votos	08	6,0%	51	12,5%
5.000 a 9.999 votos	15	11,3%	62	15,1%
1.000 a 4.999 votos	23	17,3%	109	26,7%
Até 999 votos	72	54,1%	104	25,4%
Total	133	100%	409	100%

Fonte: Site TSE (www.tse.gov.br)

Examinando-se as duas pontas desta tabela, os mais e os menos votados, verifica-se uma inversão de posições: os homens mais votados (acima de 20 mil votos) chegam a 20,3%, percentualmente são quase o dobro das mulheres (11,3%). Já na ponta inferior, onde estão os menos votados e que obtiveram abaixo de mil votos, os candidatos são a metade (25,4%) das candidaturas femininas (54,1%), esses dados indicam que há muito mais candidatos homens efetivamente disputando vagas à Assembleia Legislativa do que candidatas mulheres.

O quadro geral sobre o desempenho das candidaturas femininas no Rio Grande do Sul vem ao encontro das posições comentadas no início desta seção. O número de candidatas aumentou sem que houvesse um aumento no número de deputadas estaduais eleitas. Porém, dois aspectos chamam atenção: (1) entre as mulheres que foram eleitas há campeãs de votos, tanto no plano estadual como federal; (2) elegeu-se uma senadora sem vida partidária e com expressiva votação. Tais dados permitem afirmar que não há resistência por parte dos eleitores em votar em mulheres, portanto, as resistências parecem estar em outras áreas. A literatura especializada, como vimos, tem acentuado a estrutura político eleitoral do país como um obstáculo a ser enfrentado pelas candidaturas femininas (ARAÚJO, 2001, 2005, 2009).

2. Candidaturas bem sucedidas à deputação estadual do RS

Tendo em vista o elevado número de candidaturas (544) ao cargo de deputado estadual no RS, bem como a significativa diferença no resultado final entre mulheres e homens eleitos, um recorte analítico se mostrou necessário, pois não nos pareceu relevante comparar números tão distintos visto que para as 55 vagas em disputa, foram eleitos 47 homens e apenas oito mulheres. Como o objetivo é analisar as candidaturas bem sucedidas, ou seja, àquelas vitoriosas, optamos por investigar o mesmo número de candidatos de cada sexo: as oito candidatas eleitas e os oito primeiros candidatos eleitos, ou seja, os homens mais bem votados entre os 47 eleitos. Assim acreditamos cumprir a proposta de averiguar as diferenças e similaridades nas candidaturas bem sucedidas de homens e mulheres. Para compreender quem são este/as candidato/as e o seu sucesso nas urnas partiremos dos dados constantes na ficha de inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RS; a prestação de contas apresentada ao TRE/RS; o número de inserções e o tempo de exposição no HGPE e as informações constantes nos *sites* pessoais dos candidato/as e no *site* da Câmara dos Deputados.

Como destacado na introdução, o sucesso ou insucesso em uma campanha eleitoral, tanto para homens como para mulheres, depende de muitas variáveis, com destaque para: redes de contatos ou trajetória política, visibilidade e recursos econômicos/financiamento de campanha.

A tabela a seguir apresenta os 16 eleito/as selecionados para a análise. Além dos nomes consta a posição final na lista de eleitos e a respectiva votação. Como já foi dito o PT é o partido com a maior bancada (14) na Assembleia do RS e a legenda que elegeu mais mulheres (4). Também é a sigla que possui o maior número de eleitos (8) entre os selecionados para análise. A maioria das deputadas eleitas na Assembleia do RS é oriunda de partidos de esquerda (PT e PDT), a vinculação das eleitas com este campo ideológico tem se constituído em uma constante nas eleições brasileiras, não sendo uma particularidade do Rio Grande do Sul.

Tabela 5. Resultado Eleições Legislativas 2010/RS: Candidatos/as na posição final na lista de eleitos x Votos

Candidato/as na Posição final na lista de eleitos	Total de Votos
1°. Silvana Covatti (PP)	85.604
2°. Marco Alba (PMDB)	82.269

3°. Pedro Westphalen (PP)	72.910
4°. Edegar Pretto (PT)	69.233
5°. Lucas Redecker (PSDB)	69.043
6°. Edson Brum (PMDB)	67.397
7°. Heitor Schuch (PSB)	66.591
8°. Raul Pont (PT)	65.430
9°. Luiz Fernando Mainardi (PT)	64.375
13°. Juliana Brizola (PDT)	61.305
21°. Stela Farias (PT)	48.070
29°. Miriam Marroni (PT)	45.450
31°. Marisa Formolo (PT)	43.860
37°. Maria Helena Sartori (PMDB)	38.958
39°. Ana Affonso (PT)	38.525
50°. Zila Breitenbach (PSDB)	34.676

Fonte: Site TSE (www.tse.gov.br)

Na contabilização dos votos para a Assembléia Legislativa alguns dados chamaram a atenção, além do crescimento da bancada feminina: as oito eleitas fizeram votações expressivas (todas acima de 30 mil votos), sendo que duas delas foram campeãs de voto: Silvana Covatti (PP) foi a deputada estadual mais votada entre os 55 eleitos; e Juliana Brizola (PDT) teve o melhor desempenho entre seus colegas de partido.

Para elaborar a trajetória política dos candidato/as selecionado/as para análise, tentando observar as redes de contato que possibilitam a construção do capital político e consequentemente a carreira bem sucedida, optamos por traçar o perfil sócio-demográfico do grupo ora analisado através de um conjunto de variáveis: idade, escolaridade e profissão. Complementando estes dados, na sequência apresentamos uma breve biografia política de cada um dos candidato/as buscando detectar: tipos de capital que possibilitaram a carreira, filiação partidária, mandatos, etc.

Tabela 6. Distribuição Gênero x Faixa Etária

Faixa Etária (em 2010)	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
25 a 34 anos	1	12,5%	0	-
35 a 44 anos	2	25%	2	25%
45 a 59 anos	4	50%	4	50%

60 a 69 anos	1	12,5%	2	25%
Total	08	100%	08	100%

Fonte: Site TSE (www.tse.jus.br)

É muito similar a distribuição da idade dos candidato/as, onde a maioria concentra-se na faixa entre 45 e 59 anos, o que pode ser considerado um perfil de indivíduos “maduros”. A idade mais tardia revelada deve-se ao fato da maioria dos eleito/as já ser detentor/a de mandato, ou seja, neste grupo de 16 deputado/as estaduais 11 buscavam a reeleição. Isso traduz que os candidatos que conquistaram assento no Parlamento estadual, majoritariamente, já possuem uma longa trajetória na vida política.

Em relação ao estado civil o resultado apurado também é semelhante entre os dois grupos: a maioria dos candidato/as é casado/a, o que reforça o “perfil de maturidade” encontrado na variável idade. O estado civil assume especial importância na medida em que vai ao encontro da afirmação dos autores Miguel e Biroli, destacados na seção anterior, sobre a dificuldade das mulheres em se dedicarem integralmente à carreira política, visto que existem “imperativos familiares” que elas também devem dar conta e que acabam por afetar o seu desempenho na vida pública.

Tabela 7. Distribuição Gênero x Estado Civil

Estado Civil	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Solteiro(a)	2	25%	1	12,5%
Casado(a)	5	62,5%	6	75%
Viúvo(a)	0	-	1	12,5%
Separado(a)	1	12,5%	0	-
Total	08	100%	08	100%

Fonte: Site TSE (www.tse.jus.br)

A variável escolaridade também chama a atenção, pois a maciça maioria dos candidato/as frequentou a Universidade, mesmo que não a tenha concluído, conforme explicita a próxima tabela.

Tabela 8. Distribuição Gênero x Escolaridade

Escolaridade	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%

Ens. Médio Completo	2	25%	0	
Ens. Superior Incompleto	2	25%	2	25%
Ens. Superior Completo	4	50%	6	75%
Total	8	100%	8	100%

Fonte: Site TSE (www.tse.jus.br)

Também devemos destacar que há mais mulheres com acesso ao ensino superior que os homens, o que revela uma situação já conhecida quando também analisamos o mercado de trabalho: as candidatas têm mais anos de estudo do que seus colegas homens. Mesmo tendo uma formação educacional mais qualificada as mulheres ainda encontram muita dificuldade em ter sucesso na vida pública. Entre a amostra dos 16 eleitos para o cargo de deputado estadual apenas dois não ingressaram na Universidade, esses dados do Rio Grande do Sul não diferem do quadro nacional, o que demonstra o quanto a representação política brasileira é elitizada.

Tabela 9. Distribuição Gênero x Profissão

Profissão	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Advogado(a)	2	25%	1	12,5%
Médico(a)/Psicólogo(a)	1	12,5%	1	12,5%
Professor(a)/Pedagogo(a)	1	12,5%	6	75%
Agricultor(a)	1	12,5%	0	-
Não Informada	3	37,5%	0	-
Total	8	100%	8	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)

Quanto às profissões encontramos uma concentração de mulheres dedicadas à área da educação, enquanto os homens se distribuem por diferentes ocupações profissionais, com destaque para a advocacia.

Em relação à trajetória política, constatamos que as oito eleitas não são novatas no campo político eleitoral: cinco estavam se candidatando à reeleição ao cargo e três já eram vereadoras, sendo que uma dessas já havia sido deputada estadual⁹. Das eleitas, três entraram na política por herança familiar: Silvana Covatti; Maria Helena Sartori e Juliana

⁹ Importante destacar que uma das vereadoras, Miriam Marroni (PT) já havia sido deputada estadual por dois mandatos, mas no pleito de 2010 estava exercendo mandado como vereadora em Pelotas.

Brizola. Esta última herdeira política do avô e as outras duas, entraram na política institucional pelas mãos de seus maridos.

Em 2006, a professora Silvana Covatti (PP) elegeu-se deputada estadual pela primeira vez no rastro eleitoral do seu marido, Vilson Covatti, que possui longa carreira política¹⁰ e postulava uma vaga na Câmara dos Deputados, e com quem fez parceria. Passados quatro anos a “dobradinha eleitoral” se repetiu e ambos foram reeleitos. De acordo com informações de sua página pessoal, Silvana sempre acompanhou o marido na política, atuando “nos bastidores” e, a partir de um determinado momento, decidiu se candidatar.

Já Juliana Brizola (PDT), advogada e a segunda mulher mais votada, é neta do ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro Leonel Brizola e sempre usou o capital político do avô em suas campanhas¹¹. Foi eleita vereadora de Porto Alegre em 2008 com excepcional votação. A expressiva votação para vereadora somada à herança familiar e à militância na Juventude Socialista do PDT, onde foi presidente estadual, contaram para o convite para o cargo de secretária municipal da Juventude na primeira gestão de José Fogaça na Prefeitura de Porto Alegre, quando realizou a 1ª Conferência Municipal da Juventude.

Maria Helena Sartori (PMDB), professora aposentada, é esposa de José Ivo Sartori que possui longa carreira política e atualmente exerce o mandato de prefeito de Caxias do Sul/RS¹². Filiada ao PMDB desde 1974, Maria Helena concorreu à deputada estadual nas eleições de 2002 quando obteve 26.330 votos e ficou como suplente, mas já em 2003 assumiu a titularidade permanecendo na Assembleia Legislativa até o último ano da legislatura. Em 2006 foi Líder do Governo Germano Rigotto¹³. Foi presidente estadual do PMDB Mulher do Rio Grande do Sul e atualmente é vice-presidente nacional do PMDB Mulher na região sul do Brasil.

¹⁰ Vilson Covatti começou sua carreira política como vereador no município de Frederico Westphalen/RS (1982-1986), de deputado estadual/RS (1995-1999/1999-2003/2003-2007) e de deputado federal (2007-2011/2011-2015), sempre pelo PP.

¹¹ Juliana não é a única neta de Brizola que construiu carreira política, possui mais dois irmãos: Carlos Brizola (Brizola Neto) deputado federal (2007-2011) e de Leonel Brizola Neto, vereador do Rio de Janeiro (2009-2013).

¹² José Ivo Sartori iniciou sua carreira como vereador em Caxias do Sul/RS em 1976, foi eleito deputado estadual por cinco mandatos (a partir de 1982) e deputado federal (2002) cargo que abdicou ao ser eleito prefeito de Caxias do Sul/RS (2004-2008/ 2008-2012).

¹³ As informações constam no site http://pmdbrs.org.br/scripts/el_deputado.php?id=72, acesso 20/set 2012).

Além de Silvana Covatti (PP) outras três candidatas buscavam a reeleição: Zila Maria Breitenbach (PSDB), Stela Farias e Marisa Formolo, ambas do PT.

A pedagoga Zila Breitenbach (PSDB) iniciou sua carreira política como Vice-prefeita de Três Passos/RS, tornando-se Prefeita por dois mandatos (1997-2000/2001-2004). Em 2007, Zilá chega ao parlamento gaúcho pelo PSDB pela primeira vez com 25.106 votos, quando também exerce o cargo de Líder do Governo Yeda Crusius, passados quatro anos reelege-se deputada estadual. Sua carreira pode estar relacionada à atuação na política municipal, especialmente como Secretária da Educação e da Saúde, e ao sucesso de seus mandatos como prefeita quando implementou uma gestão participativa com a comunidade, parceria que gerou projetos que a tornaram destaque nacional como prefeita empreendedora¹⁴.

Na bancada feminina do PT duas deputadas foram reeleitas, uma era estreante no cargo e a outra candidata voltava a ocupar uma vaga na Assembléia Legislativa. A petista Stela Farias, professora estadual, militou na pastoral da juventude e no CPERS-sindicato, onde foi dirigente. Tem longa carreira política eleitoral: foi vereadora (1992-1996) e prefeita de Alvorada/RS por dois mandatos (1996-2000/2000-2004). Elegeu-se deputada estadual em 2006 e foi reconduzida ao cargo quatro anos depois, atualmente ocupa o cargo de Secretaria Estadual da Administração.

A parlamentar Marisa Formolo (PT), professora, militou no movimento estudantil, nas organizações de estudantes católicos, fundou o DCE da Universidade de Caxias do Sul (UCS), foi presidente de diretórios e associações e coordenadora do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Sua carreira política eleitoral teve início com o cargo de vice-prefeita de Caxias do Sul (1997-2001). Foi deputada estadual na legislatura 2007-2011 e reeleita em 2010. Neste ano estava cotada para disputar a Prefeitura de Caxias do Sul, mas acabou abrindo mão de concorrer.

Miriam Marroni (PT), psicóloga especialista em educação, não consta da lista das deputadas com herança política, embora seu marido seja o deputado federal Fernando Marroni (PT). No caso da parlamentar é necessária uma ressalva: o casal iniciou sua carreira no mesmo período quando militavam no movimento estudantil e sindical, possuem carreira solo, mas é importante destacar que atuam em “dobradinha” nos pleitos eleitorais fator que, sem dúvida, importa muito em termos de gastos de campanha. Miriam

¹⁴ Site <http://deputadazila.com.br/>, acesso em 29 jul/2012.

elegeu-se vereadora por quatro mandatos, sendo três consecutivos, na Câmara de Vereadores de Pelotas. Por duas vezes foi eleita deputada estadual. Em 2011 foi Líder do Governo na Assembléia Legislativa e desde 2012 exerce a Secretaria-Geral de Governo de Tarso Genro (PT).

Ana Affonso (PT)¹⁵, professora municipal, foi eleita para seu primeiro mandato no parlamento estadual em 2010, mas também não era novata na disputa eleitoral. Foi vereadora do município de São Leopoldo/RS por duas legislaturas (2005-2009/2009-2010), chegando a ocupar a Presidência da Câmara dos Vereadores e também foi Secretária Municipal. Iniciou sua militância nos movimentos sociais e da juventude, foi presidente do Sindicato dos Professores de São Leopoldo (2001 – 2003), além de ter sido Diretora de escola. Em 2011 assumiu a vice-presidência do Partido dos Trabalhadores no Estado do RS.

Nessa breve trajetória política das candidatas vitoriosas, merece destaque a militância das eleitas. Dentre as oito parlamentares, apenas duas não iniciaram sua carreira através da militância, as demais militaram em: movimento estudantil (2); núcleos partidários - juventude e mulher (2); movimento jovem e sindical (2). Importante lembrar que quatro delas possuem herança familiar no campo político.

Do ponto de vista da base eleitoral, Juliana Brizola tem em Porto Alegre seu principal vínculo, sendo a exceção entre as deputadas eleitas. Todas as outras construíram suas carreiras em cidades do interior do Estado do RS: três são oriundas de duas importantes cidades do interior, Caxias e Pelotas, ambas com mais de 200.000 eleitores, duas habitam municípios da região metropolitana de Porto Alegre, Alvorada e São Leopoldo, e as duas restantes construíram suas carreiras em pequenos municípios distantes da capital do Estado, Frederico Westphalen e Três Passos. Para chegar à Assembleia Legislativa, com raras exceções, é necessária uma carreira bem sucedida para além do município de domicílio eleitoral do candidato, fator que justifica em muito a média de idade das parlamentares.

Outra variável que ajuda a traçar o perfil político das candidatas eleitas é a filiação partidária. Embora o tempo de filiação não seja divulgado por todas as parlamentares, é possível afirmar que todas elas estavam filiadas ao mesmo partido há 10 anos ou mais. Todas as oito deputadas estaduais eleitas em 2010 também se mantiveram fiéis ao partido

¹⁵ Ana Affonso nasceu no Uruguai e com dois anos mudou-se para o Brasil.

selecionado para construir suas carreiras políticas. A longa carreira da maioria das mulheres demonstra alto índice de fidelidade partidária, independente da posição ideológica do partido.

A partir das variáveis analisadas é possível sintetizar os traços em comum entre as oito candidatas eleitas em 2010: casadas, acima de 45 anos, escolaridade elevada, alto índice de fidelidade partidária e, na maioria, originárias de grandes cidades.

Em relação à trajetória política dos oito deputados estaduais selecionados para análise, constatamos que seis deles não são estreantes na carreira parlamentar estadual ou federal, onde cinco disputavam reeleição para o terceiro mandato consecutivo no pleito de 2010. Apenas para outros dois parlamentares esta foi a primeira eleição vitoriosa na esfera político-institucional.

Outro dado interessante trata-se da fidelidade ao partido político selecionado para o exercício da militância, os homens perdem para as mulheres por muito pouco. Apenas dois candidatos trocaram de partido ao longo da carreira: Pedro Westphalen iniciou sua carreira no PFL e migrou para PPB/PP, partido pelo qual foi eleito para três mandatos no parlamento estadual; Luiz Fernando Mainardi iniciou sua vida política no PMDB migrando para o PT nos anos 90. Os demais candidatos se mantiveram fieis a um único partido ao longo da sua atuação política. Destaque também para a militância dos candidatos homens. Todos os candidatos tiveram sua biografia marcada pela militância: cinco iniciaram sua trajetória na política estudantil, em dois casos somam a ela a atuação em partidos políticos; quatro atuaram em movimentos sindicais, classistas ou movimentos sociais; três deles atuaram e tiveram destaque nos núcleos jovens dos partidos políticos; quatro somam outros fatores como herança política familiar e profissão. Assim, torna-se interessante apresentar brevemente a trajetória de cada um dos oito candidatos mais votados no pleito de 2010.

Marco Alba (PMDB), segundo candidato mais votado, é advogado e reside em Gravataí, cidade situada na Região Metropolitana de Porto Alegre. Iniciou sua militância no movimento estudantil e na Juventude do PMDB, partido pelo qual foi eleito vereador do município por dois mandatos (1982 a 1992), período em que assumiu a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Em 2002 elegeu-se deputado estadual e no pleito de 2010 foi reeleito para o terceiro mandato consecutivo. Sua carreira é marcada pela atuação

no Executivo estadual, onde esteve à frente de duas Secretarias: Assistência Social (1995) e Habitação, Saneamento e Desenvolvimento (2007-2010)¹⁶.

Quatro candidatos eleitos em 2010 possuem histórico familiar na política: dois candidatos à reeleição e outros dois são novatos na política eleitoral. O deputado Pedro Westphalen (PP), candidato à reeleição, começou sua carreira de médico em Cruz Alta, onde também iniciou sua militância corporativa e sindical. Foi um dos fundadores do Sistema Sindical de Hospitais do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Hospitais da Região da Serra (Sindiserra) na década de 90, e da Confederação Nacional de Saúde (CNS). Atualmente, é vice-presidente da Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul (FEHOSUL). Trocou o PFL pelo PPB/PP, partido pelo qual foi eleito deputado estadual por dois mandatos consecutivos (2003-2011) e reeleito para o terceiro. Também ocupou o cargo de Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia em 2007, durante o Governo Yeda. Tem histórico político familiar, é primo de José Westphalen Correa, ex-deputado estadual, que detém concessão de radiodifusão em Cruz Alta/RS¹⁷.

Edson Brum (PMDB) reelegeu-se deputado estadual em 2010 e foi o sexto mais votado. Concorreu em 2002 e ficou na condição de suplente, vindo a assumir a vaga de titular em 2005, permanecendo no cargo até o final do mandato, quando foi eleito deputado estadual no pleito de 2006. Iniciou sua trajetória política no movimento estudantil em Rio Pardo/RS, município onde sua família mantém longo domínio político: seu avô foi prefeito, seu pai foi vice-prefeito e vereador e seu irmão também foi prefeito¹⁸.

Dois deputados eleitos são novatos em disputas eleitorais e possuem trajetória similar, mas em campos políticos antagônicos: João Edegar Pretto (PT) e Lucas Rendecker (PSDB), ambos são filhos de políticos com carreiras marcantes na política gaúcha. Edegar Pretto é filho de Adão Pretto (PT), deputado estadual e federal por cinco mandatos consecutivos (1990/2009)¹⁹. Edegar iniciou sua militância em 1986, ajudando o PT na primeira campanha eleitoral após o fim da ditadura militar, destacando-se como liderança estudantil. Possui uma trajetória similar ao pai, marcada por uma identidade com as lutas

¹⁶ Site <http://www.marcoalba.com.br>, acesso em 20 ago/2012.

¹⁷ Site <http://www.pedrowestphalen.com.br>, acesso em 20 ago/2012.

¹⁸ Site <http://www.edsonbrum.net/>, acesso em 21 ago/2012.

¹⁹ Sua militância política começou nas Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra de Frederico Westphalen (RS). Além da atuação parlamentar, também foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Miraguaí (RS) e um dos fundadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no RS (<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/perfil-parlamentar-adao-pretto>, acesso 21 ago/2012).

dos movimentos sociais, particularmente o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) que ajudou a fundar. Filiado ao PT trabalhou nos bastidores da atividade política, sendo Chefe de gabinete do prefeito Edegar Rossetto (Novo Barreiro, 1995) e Chefe de gabinete do então deputado estadual Dionilso Marcon, por três mandatos, além de Secretário Municipal da Fazenda e de Administração de Novo Barreiro²⁰.

O segundo novato na Assembléia Legislativa é Lucas Redecker, filho do ex-deputado federal Júlio Redecker, parlamentar por quatro legislaturas (1995 a 2007)²¹. Filiado ao PSDB, mesmo partido do pai, atuou nos bastidores da política como assessor especial junto ao gabinete da governadora Yeda Crusius, e assessor da bancada do PSDB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi ainda presidente da Juventude Estadual do PSDB/RS. No campo eleitoral, Lucas foi candidato a prefeito e a vice-prefeito de Novo Hamburgo em 2004 e 2008, respectivamente, pelo PSDB²².

Os outros três parlamentares da lista dos oito deputados mais votados, pertencem ao mesmo campo ideológico da esquerda e possuem sólida carreira política. Heitor Schuch (PSB) é agricultor, em 1980 ingressou no sindicalismo, onde foi secretário e depois presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul/RS. Foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (Fetag). Sua carreira política está relacionada à atuação junto aos trabalhadores rurais. Em 2010 Heitor foi reeleito para o terceiro mandato consecutivo de deputado estadual²³, obtendo a sétima maior votação.

Os dois últimos parlamentares selecionados para a análise são do PT e também possuem bem sucedidas carreiras políticas. Raul Pont (PT), historiador e professor universitário, iniciou sua militância no movimento estudantil, onde foi Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS (1968-1969). Atuou também no movimento sindical bancário e no Sindicato dos Professores (Sinpro). Fundador do PT é membro da Executiva Nacional e foi secretário-geral do partido. Tem uma lista longa de mandatos: vice-prefeito de Porto Alegre (1993-1996); prefeito de Porto Alegre (1997-2000);

²⁰ Site <http://www.edegarpretto.com.br/>, acesso em 21 ago/2012.

²¹ Júlio Redecker faleceu durante o mandato de deputado federal em 2007. Iniciou a carreira política na ARENA seguindo para o PDS (PPR/PPB/PP). Em 2003 entrou para o PSDB, sendo o deputado federal mais votado do RS na última eleição que disputou.

²² Site <http://lucasredecker.com/>, acesso em 22 ago/2012.

²³ Site <http://www.heitorschuch.com.br>, acesso em 22 ago/2012.

deputado federal (1991-1992) e deputado estadual por outras três legislaturas (1987-1991/2003-2011)²⁴.

Por fim, Luis Fernando Mainardi (PT), empresário e advogado, construiu sua carreira política em Bagé/RS. Iniciou sua militância no movimento estudantil e foi presidente do setor jovem do PMDB no município. Em Bagé foi vereador em duas legislaturas (1982/1992) e prefeito por duas gestões (2001/2008), além disso foi deputado federal por dois mandatos (1995/2000). Ainda como vereador migrou do PMDB para o PT, onde permanece e partido pelo qual foi eleito deputado estadual em 2010²⁵.

Assim como as mulheres, a maioria dos homens construiu sua carreira política em municípios do interior do Estado do RS e apenas dois eleitos têm suas bases eleitorais em cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); os demais representam municípios de pequeno e médio porte espalhados pelo interior gaúcho. A partir das variáveis analisadas também é possível sintetizar o perfil político dos oito candidatos mais votados em 2010: casados, acima de 45 anos, universitários, com vínculo partidário e forte militância política.

O segundo recurso fundamental numa campanha eleitoral - dinheiro - é um ponto nevrálgico a todos os candidatos, especialmente no caso daqueles que disputam cargos para o Poder Legislativo. De acordo com a legislação eleitoral brasileira, os próprios candidatos são os responsáveis pela arrecadação de recursos para suas campanhas, bem como pela prestação de contas desses gastos ao Judiciário. Àqueles que já são detentores de mandatos, caso da maioria dos candidato/as da amostra em análise, tem mais chances de conseguir apoiadores, enquanto que os novatos enfrentam um desafio a mais que é encontrar financiadores de campanha.

Tomando as declarações ao TRE/RS das 63 candidatas à deputação estadual sobre suas despesas de campanha temos que os seus gastos oscilaram muito. O volume de recursos recebido por essas candidatas variou de R\$ 10 mil até R\$ 277 mil reais. Pelos dados apresentados constatamos que a líder em arrecadação foi também a campeã de votos Silvana Covatti. Na tabela a seguir apresentamos as despesas dos 16 candidatos eleitos que fazem parte da nossa amostra.

²⁴ Site <http://www.raulpont.com.br>, acesso em 22 ago/2012.

²⁵ Site <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/eleicoes-2010/77.Candidato-Deputado.html?act=candidato-deputado&id=111722&cargo=10&ano=2010&estado=1>, acesso em 23 ago/2012.

**Tabela 10. Votação Final x Despesas de Campanha x Valor Unitário do Voto
Deputado Estadual/RS**

Candidato/as	Total de Votos	Total de Despesas (R\$)	Valor por voto (R\$)
1. Silvana Covatti (PP)	85.604	277.101,65	4,15
2. Marco Alba (PMDB)	82.269	423.289,65	5,14
3. Pedro Westphalen (PP)	72.910	587.085,84	8,05
4. Edegar Pretto (PT)	69.233	133.405,01	1,92
5. Lucas Redecker (PSDB)	69.043	361.050,56	5,22
6. Edson Brum (PMDB)	67.397	409.920,99	6,08
7. Heitor Schuch (PSB)	66.591	162.300,00	2,43
8. Raul Pont (PT)	65.430	277.404,97	4,23
9. Luiz Fernando Mainardi (PT)	64.375	450.498,53	6,99
13. Juliana Brizola (PDT)	61.305	94.765,36	5,59
21. Stela Farias (PT)	48.070	99.987,55	4,23
29. Miriam Marroni (PT)	45.450	10.256,00	3,06
31. Marisa Formolo (PT)	43.860	43.691,41	4,57
37. Maria Helena Sartori (PMDB)	38.958	73.734,88	8,30
39. Ana Affonso (PT)	38.525	110.132,67	13,22
50. Zila Breitenbach (PSDB)	34.676	85.550,43	10,44

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Os dados acima nos revelam que a maioria das mulheres que se elegeram deputadas estaduais no RS também estão entre as 10 maiores arrecadadoras, em ordem de arrecadação estão: Silvana Covatti, Ana Affonso, Stela Farias, Juliana Brizola, Zilá Breitenbach e Ma. Helena Sartori. Do ponto de vista partidário existe uma distribuição entre os principais partidos do estado, entretanto, merece destaque o PP e o PT que somam as maiores contribuições. A explicação pode estar no potencial de votos das candidatas apresentadas por essas legendas, assim como no fato de ambos serem partidos bem estruturados no estado, o que ajudaria na campanha dessas postulantes. Também cabe destacar que das seis eleitas que fazem parte do grupo com maior financiamento, quatro já eram detentoras de mandato e pleiteavam reeleição. Apenas Ana Affonso (PT) e Juliana Brizola (PDT) não ocupavam uma cadeira na Assembléia gaúcha, mas mesmo assim, não eram estreantes na disputa eleitoral. Ambas eram vereadoras em suas respectivas cidades, São Leopoldo e Porto Alegre.

Os valores dos votos apresentados na tabela 9 suscitam reflexões em torno do valor unitário do voto. A maioria das eleitas à deputada estadual teve um gasto por voto na faixa

entre R\$ 1,50 e R\$ 3,00, outras duas deputadas tiveram seu voto saindo por menos de R\$ 1,50 e uma das eleitas gastou mais de R\$ 3,00 por voto. Isso nos sinaliza que o voto das eleitas, em sua maioria, teve baixo custo, já que para sete deputadas estaduais o voto custou menos de R\$ 3,00. Comparando-se esses valores com a proposta existente na Câmara dos Deputados, que prevê a destinação ao TSE de R\$ 7,00 por eleitor para calcular a verba a ser destinada aos partidos em ano eleitoral, caso o financiamento público de campanha venha a ser adotado no Brasil²⁶, as deputadas gaúchas tiveram uma votação de baixo custo. A maioria das mulheres que teve mais gasto por voto (acima de R\$ 3,00), não se elegeu. Dentre todas as oito candidatas que estavam entre os maiores financiamentos de campanha, acima de R\$ 50 mil reais, apenas uma conquistou vaga na Assembléia Legislativa. Tais dados permitem que se relativize a importância do volume de recursos econômicos no processo eleitoral como determinante de vitórias, haja visto que arrecadação elevada não se converteu em voto no pleito de 2010. As mulheres que já são detentoras de mandato e estão em busca da sua reeleição tendem a gastar menos por voto do que àquelas que não são detentoras. Estas precisam compensar sua desvantagem gastando mais em suas campanhas.

Analisando mais detidamente as oito mulheres que se elegeram deputadas estaduais constatamos que cinco buscavam reeleição e três eram vereadoras em grandes municípios do RS²⁷. Todas elas possuem fortes vínculos partidários e sempre estiveram filiadas a um mesmo partido: quatro no PT, uma no PDT, uma no PP, uma no PMDB e uma no PSDB. Das eleitas, seis delas estavam entre as 10 maiores arrecadoras, associando a isso seu capital político elas conseguiram potencializar suas chances de vitória.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) veiculado pela televisão é para muitos candidatos ou candidatas um dos únicos espaços de visibilidade na mídia. A propaganda eleitoral para o cargo de deputado federal foi veiculada às segundas, quartas e sextas-feiras²⁸, e às terças, quintas e sábados, ocorria a propaganda das candidaturas à

²⁶ O valor de R\$7,00 consta no PLS 268/2011, projeto que trata do financiamento público de campanha, e que atualmente aguarda para ser colocado em votação no plenário da Câmara dos Deputados, cujo o relator é o deputado Henrique Fontana (PT/RS).

²⁷ As vereadoras que concorreram a Deputada Estadual e se elegeram foram: Juliana Brizola, vereadora em Porto Alegre, Miriam Marroni, representante na Câmara Municipal de Pelotas e Ana Affonso, vereadora em São Leopoldo.

²⁸ A propaganda eleitoral dos deputados federais ocorreu nos seguintes dias: agosto – 18, 20, 22, 25, 27, 30 e setembro – 01, 03, 06, 08, 10, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 27, 29.

deputado estadual²⁹. O período da propaganda eleitoral gratuita totalizou sete dias no mês de agosto e 13 dias no mês de setembro. Assim, as candidaturas poderiam chegar a um total máximo de 20 inserções. Como nossa análise recai sobre o grupo das mulheres não estabeleceremos comparações entre os dois gêneros, mas somente intra-gênero feminino.

A análise do HGPE mostra que das 133 candidatas aptas a concorrer ao cargo de deputada estadual conforme o Tribunal Superior Eleitoral, 92 tiveram acesso ao horário eleitoral e 41 nunca apareceram no espaço televisivo destinado à campanha partidária³⁰.

De uma maneira geral os partidos deram pouco espaço às candidaturas femininas durante o período de veiculação do HGPE, independente de serem candidatas à reeleição ou estreantes. As postulantes apareceram poucas vezes, entre uma e sete inserções, no decorrer das seis semanas de propaganda oficial. Também o tempo total de exposição das candidatas foi pequeno, variando entre 30 segundos até o máximo de um minuto.

Tabela 11. Votação Final X Inserções no Programa Eleitoral Gratuito X Gastos de Campanha das Candidatas eleitas à Assembleia Legislativa/RS

Candidatas	Total de Votos	Nº Inserções e tempo no HGPE	Total de Despesas (R\$)
Silvana Covatti (PP)	85.604	7 (1m)	277.101,65
Juliana Brizola (PDT)	61.305	3 (53s)	94.765,36
Stela Farias (PT)	48.070	5 (50s)	99.987,55
Miriam Marroni (PT)	45.450	5 (1m)	10.256,00
Marisa Formolo (PT)	43.860	5 (55s)	43.691,41
Ma. Helena Sartori (PMDB)	38.958	3 (1m)	73.734,88
Ana Affonso (PT)	38.525	5 (55s)	110.132,67
Zila Breitenbach (PSDB)	34.676	1 (30s)	85.550,43

Fonte: TSE (www.tse.gov.br) e Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)

Como fica claro na tabela 11, os partidos deram pouco espaço às candidaturas femininas no HGPE. E mesmo aquelas mulheres que já eram deputadas não tiveram um tratamento privilegiado. Retomando as duas dimensões – visibilidade e financiamento de campanha – podemos constatar que o tempo de exposição durante o horário eleitoral gratuito não é determinante para o sucesso ou insucesso de uma candidatura. Tivemos

²⁹ A propaganda gratuita dos candidatos à deputado estadual foi veiculada nos seguintes dias: agosto: 17, 19, 21, 24, 26, 28 e 31; setembro: 2, 4, 7, 9, 11, 14, 16, 18, 21, 23, 25, 28 e 30.

³⁰ Ao todo foram inscritas junto ao TRE/RS 169 candidatas à Assembleia Legislativa, entretanto no decorrer da campanha 21 tiveram suas candidaturas indeferidas e 15 renunciaram.

duas mulheres com recorde de inserções – Jussara Cony e Helena Hermany – que não foram eleitas deputadas estaduais. Também tivemos duas candidatas com um elevado orçamento de campanha, mais de R\$ 100 mil reais, que não conquistaram uma vaga na Assembléia Legislativa, Leila Fetter e Mônica Leal, ambas do PP. Ainda sobre a variável visibilidade, talvez o que faça a diferença no resultado final seja o capital político dessas mulheres e a sua condição de já possuir um mandato de deputada estadual. Esse trabalho ao longo de quatro anos, aliada à sua visibilidade, é que faz a maior diferença.

Notas Conclusivas

É consenso afirmar que apesar da ampliação da participação feminina nas várias esferas da sociedade, o campo da política ainda é um reduto predominantemente masculino, onde as mulheres têm uma tímida presença. Este fenômeno não se restringe só ao Brasil, mas também é identificado em outros países da América Latina. Mesmo tendo sido adotado medidas com a finalidade de reverter essa situação tão desproporcional o processo de participação das mulheres nas instâncias decisórias tem avançado muito lentamente. Desde 1995 a política de cotas foi introduzida no Brasil, mas por si só não tem sido suficiente para solucionar a histórica desigualdade de poder entre homens e mulheres e não tem conseguido reverter – sozinha - a estrutura arcaica e excludente.

O resultado das eleições legislativas no Rio Grande do Sul em 2010 mostrou que as mulheres continuam com dificuldades para se elegerem tanto para a Assembléia Estadual como para a Câmara Federal, mesmo com a adoção da lei de cotas e das mudanças aprovadas recentemente. Desde a sua adoção a grande maioria dos partidos não consegue cumprir a cota mínima dos 30% e as mulheres continuam enfrentando um conjunto maior de dificuldades quando se lançam à corrida eleitoral.

Um outro olhar também deve se lançado: observar àquele/as que conseguem se eleger. A pouca renovação no âmbito do Legislativo estadual é uma marca tanto para os eleitos como para as eleitas no grupo de 16 candidatos analisados. Ambos os gêneros são oriundos de sólidas carreiras políticas, iniciadas na esfera local – vereança ou prefeitura – e possuem uma longa trajetória de militância (sindical ou estudantil ou partidária). Portanto, os 16 homens e mulheres que se elegeram em 2010 são profissionais da política, com carreiras bem estruturadas e experiências anteriores. Esta condição é tão importante,

que parece ser mais definidora da vitória do que o montante dos recursos financeiros e a visibilidade no HGPE durante o período de campanha eleitoral.

Os dados analisados corroboram nossas hipóteses, pois as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero. Além disso, as candidatas vitoriosas à deputação estadual possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas. A partir disso podemos inferir que eles/elas estão revelando o caminho da maturidade do regime democrático no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALBA, MARCO. Site <http://www.marcoalba.com.br>, acesso em 20 ago/2012.
- ÁLVARES, M. “Mulheres Brasileiras em Tempos de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, 2008, pp. 895-940.
- ALVES, Branca M. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, Florianópolis, 2001, p.p 231- 252.
- _____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 24, jun. 2005, pp. 193-215.
- _____. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: *Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global*, UFSC: Florianópolis, 2006, pp. 207-223.
- _____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009a, pp. 23-59.
- _____. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil, In: *Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais – CIEC*, Rio de Janeiro, 2009b.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- BREITENBACH, Zila - Sites http://pmdb-rs.org.br/scripts/el_deputado.php?id=72, acesso 20/set 2012; <http://deputadazila.com.br/>, acesso em 29 jul/2012.
- BRUM, Eduardo. Site <http://www.edsonbrum.net/>, acesso em 21 ago/2012.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Site <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 12 abr. 2011.
- CLIC RBS. Site www.clibrbs.com.br/especial/rs/eleicoes. Acesso em 10 abr. 2011.
- HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL (HGPE). Propaganda veiculada na televisão no período de 17 de agosto a 30 de setembro no horário noturno, gravada e degravada.

- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Edit. UnB, 2001.
- _____. Social Justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N. HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.
- GODINHO, Tatau (org.). *Mulher e política – gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- MAINARDI, Luis Fernando. Site <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/eleicoes-2010/77,Candidato-Deputado.html?act=candidato-deputado&id=111722&cargo=10&ano=2010&estado=1>, acesso em 23 ago/2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15 no 44 outubro/2000, pp. 91-102.
- _____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 1/2001, pp. 253-267.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3), setembro-dezembro/2010, pp. 653-679.
- NICOLAU, Jairo. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, Gláucio A D. e RENNÓ, Lúcio. (orgs.). *Reforma Política – lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 23 – 33.
- _____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, pp. 97 – 122.
- PINTO, Céli. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- PINTO, Céli e MORITZ, Maria Lúcia. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 61-87.
- PONT, Raul. Site <http://www.raulpont.com.br>, acesso em 22 ago/2012.
- PRETTO, Adão. Site <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/perfil-parlamentar-adao-pretto>, acesso 21 ago/2012.
- PRETTO, Edegar. Site <http://www.edegarpretto.com.br/>, acesso em 21 ago/2012.
- REDECKER, Lucas. Site <http://lucasredecker.com/>, acesso em 22 ago/2012.
- SARTORI, Maria Helena. site http://pmdb-rs.org.br/scripts/el_deputado.php?id=72, acesso 20/set 2012.
- SCHUCH, HEITOR. Site <http://www.heitorschuch.com.br>, acesso em 22 ago/2012.

TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TELLES, Maria Amélia de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS (TRE/RS). Site <http://www.tre.gov.br>. Acesso em 12 mar. 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Site <http://www.tse.gov.br>. Acesso em 15 mar. 2011.

TOSCANO, M. e GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres – um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

WESTPHALEN, Pedro. Site <http://www.pedrowestphalen.com.br>, acesso em 20 ago/2012.